

Rede de Pesquisas Judiciárias



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2025

Pesquisas/Diagnósticos/Levantamentos

Título da iniciativa: ESTUDO SOBRE CRIMES TRIBUTÁRIOS
Início da atividade: 13/03/2025
Resumo: Analisar a efetividade no julgamento das ações de crimes tributários contra a Administração Pública na primeira instância no Tribunal de Justiça do Estado da Bahia; sintetizar os princípios jurídicos adotados, os critérios utilizados para a declaração da extinção da punibilidade e as justificativas para a adoção de entendimentos que, em alguns contextos, divergem da jurisprudência majoritária dos Tribunais Superiores.
Metodologia: Amostragem e Estatística Descritiva
Data de fim da atividade: 27/10/2025
Link : Não disponibilizado em função da matéria

Título da Iniciativa: PESQUISA DE OPINIÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
Início da atividade (Coleta de Dados): 03/04/2025
Resumo: A pesquisa tem como objetivo consultar os usuários sobre aspectos como atendimento, audiências e instalações físicas, com a finalidade de aprimorar e corrigir eventuais falhas na prestação dos serviços jurisdicionais. Além disso, busca funcionar como uma radiografia das percepções dos usuários, permitindo identificar pontos fortes e fragilidades no atendimento, que se divide entre serviços da área finalística e da área administrativa. A coleta de dados possibilita a geração de análises e gráficos segmentados por critérios como tipo de usuário, comarca, região administrativa, mesorregião ou outros dados informados nas respostas. Essa estratificação permite orientar ações localizadas para melhorar tanto a prestação jurisdicional quanto as condições de trabalho nos fóruns. As informações coletadas serão filtradas e organizadas antes de serem encaminhadas às unidades competentes, conforme o tema abordado nas perguntas. A pesquisa também permitirá análises temporais, possibilitando acompanhar, ao longo do tempo, a evolução ou eventual regressão dos resultados relacionados a ações específicas. Dessa forma, além de instrumento de diagnóstico e melhoria contínua, a pesquisa funciona como indicador para aferição da estratégia institucional e para o acompanhamento do Plano Plurianual (PPA).
Metodologia: A pesquisa de opinião realizada em 2025 contempla seis segmentos distintos de respondentes, sendo dois grupos internos ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA) e quatro grupos externos: magistrados(as), servidores(as), advogados(as), membros do Ministério Público (promotores(as) e procuradores(as)), defensores(as) públicos(as) e cidadãos(ãs). A coleta de dados foi realizada por meio de dois procedimentos complementares: Aplicação presencial: direcionada ao grupo de cidadãos(ãs), por meio de formulário impresso. Os entrevistadores atuaram nas dependências das unidades do Tribunal, tanto na Capital quanto no Interior, durante o expediente forense. A abordagem foi realizada de

Rede de Pesquisas Judiciárias



forma aleatória com cidadãos que ingressavam ou deixavam as instalações, observando-se as orientações metodológicas previamente estabelecidas.

Aplicação eletrônica: destinada a todos os segmentos da pesquisa, por meio de formulário digital disponibilizado em link próprio, permitindo maior alcance da pesquisa e maior facilidade no preenchimento pelos participantes.

Na aplicação presencial dos questionários junto ao público externo, os entrevistadores observaram procedimentos padronizados de abordagem, com o objetivo de garantir a qualidade e a imparcialidade das informações coletadas. Entre as orientações adotadas destacam-se a condução da entrevista com cordialidade e respeito, a identificação do entrevistador por meio de crachá funcional e a seleção aleatória dos entrevistados entre requerentes, requeridos e testemunhas presentes em recepções, cartórios, atendimentos ou salas de espera de audiência.

Também foram estabelecidas restrições metodológicas quanto ao perfil dos participantes abordados, não sendo entrevistados operadores do direito em exercício profissional (advogados, defensores públicos, promotores, procuradores ou delegados), nem servidores ou magistrados do TJBA. Além disso, foi observado intervalo mínimo entre as entrevistas, evitando a abordagem de pessoas muito próximas ao entrevistado anterior, de forma a preservar a aleatoriedade da seleção.

Para assegurar a padronização e a qualidade dos registros, foram estabelecidas orientações específicas para o preenchimento dos questionários. Os entrevistadores deveriam identificar-se corretamente nos campos do formulário, registrar a data e o local da entrevista, realizar a leitura pausada das perguntas e garantir a compreensão do entrevistado. Nos questionários impressos, o preenchimento deveria ser realizado com caneta esferográfica azul ou preta e letra legível.

Também foi prevista a coleta de informações básicas de identificação do entrevistado, como sexo, idade e escolaridade, bem como a utilização de glossário de apoio para esclarecimento de eventuais dúvidas. A fim de preservar a imparcialidade do processo, os entrevistadores foram orientados a evitar qualquer forma de indução de resposta.

Ao final de cada dia de coleta, os questionários preenchidos eram encaminhados ao servidor responsável pela coordenação da pesquisa, que realizava o registro das respostas no sistema eletrônico.

Amostragem

A definição da amostra considerou características específicas de cada grupo pesquisado. Para o público cidadão, adotou-se amostragem probabilística proporcional, distribuída entre as comarcas do estado com base na proporção populacional de cada município, de modo a garantir representatividade territorial da pesquisa.

Para os públicos internos e demais operadores do sistema de justiça, foram definidos tamanhos amostrais considerando parâmetros estatísticos adequados, incluindo níveis de confiança e margens de erro compatíveis com cada segmento pesquisado.

Com o objetivo de assegurar a padronização dos procedimentos de coleta de dados, foi elaborado um manual de instruções destinado aos entrevistadores e coordenadores da pesquisa, contendo orientações detalhadas sobre abordagem, aplicação dos questionários e registro das informações coletadas.

Data de fim da atividade: 12/11/2025

Link: <http://www5.tjba.jus.br/estrategia/index.php/pesquisa-de-opiniao-2025/>

Rede de Pesquisas Judiciárias



Título da Iniciativa: PODCAST JUSTIÇA EXPLICA: PRESIDENTE DA COORDENADORIA DA MULHER ANALISA ESTUDO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA TRAMITADAS NO TJBA
Início da atividade: 11/03/2025
Resumo: Dada a relevância dos dados extraídos do estudo sobre violência doméstica, desenvolvida pelo GPJ, a Rádio Web TJBA entrevistou a Presidente da Coordenadoria da Mulher, Desembargadora Nágila Brito e a magistrada integrante do GPJ, Doutora Eduarda Vidal, com vistas a discutir os principais achados da pesquisa.
Data de fim da atividade: 18/03/2025
Link: https://coordenadoriadamulher.tjba.jus.br/coordenadoriadamulher/podcast-justica-explica-presidente-da-coordenadoria-da-mulher-do-tjba-analisa-estudo-das-medidas-protetivas-de-urgencia-tramitadas-na-corte/

Título da iniciativa: PODCAST SAIBA MAIS: MAGISTRADO DO GRUPO DE PESQUISAS JUDICIÁRIAS ABORDA PESQUISA SOBRE JUSTIÇA GRATUITA
Início da atividade: 01/05/2025
Resumo: Em entrevista ao “Podcast Saiba Mais” da Rádio Web TJBA, o Juiz Érico Rodrigues Vieira, envolvido no estudo e integrante do GPJ, revela detalhes sobre essa reincidência, traz aspectos técnicos e indica os desafios relacionados à solicitação e à aceitação do benefício da gratuidade.
Data de fim da atividade: 31/10/2023
Link: https://www.tjba.jus.br/portal/grupo-de-pesquisa-do-tjba-analisa-o-beneficio-da-justica-gratuita-e-enfatiza-a-conscientizacao-quanto-ao-uso-da-assistencia/

Iniciativas de articulação com outras unidades do Tribunal ou com outras instituições

Título da iniciativa: Encaminhamento do Ofício nº 002/2025
Início da atividade: 15/10/2025
Objetivo: Celebração de parcerias com instituições de ensino do Estado da Bahia, reconhecidas pelo desenvolvimento de pesquisas, com vistas a fomentar a pesquisa judiciária e o aprimoramento dos seus resultados.
Metodologia: Firmar instrumento contratual de parceria entre o TJBA e a ABJ
Data de fim da atividade: 15/10/2025

Título da iniciativa: Apresentação do estudo sobre Crimes Tributário ao MP
Objetivo: Apresentar ao Ministério Público da Bahia, representado na oportunidade pelo Promotor de Justiça, Dr. Jader Santos Alves, os achados oriundos do estudo sobre crimes tributários.
Início da atividade: 04/12/2025
Data de fim da atividade: 04/12/2025

Rede de Pesquisas Judiciárias



MEMBROS ATUAIS (DECRETO JUDICIÁRIO Nº 214, DE 10 DE MARÇO DE 2026)

Érico Rodrigues Vieira	Juiz de Direito Supervisor
Eduarda de Lima Vidal	Juíza de Direito
Georgia Quadros Alves de Britto	Juíza de Direito
João Paulo Guimarães Neto	Juiz de Direito
Marcela Moura França	Juíza de Direito
Amaury Gomes Argollo	Servidor indicado pela Corregedoria-Geral da Justiça
Leonardo de Andrade Ferraz Fogaça	Servidor com formação em Tecnologia da Informação
Alexsandro Silva Santos	Servidor com formação em Direito, com conhecimento em Tabelas Processuais Unificadas (TPU) e parametrização
Ellen Tainan Nunes Lemos	Servidor com formação em Estatística
Carlana Faria Rocha	Servidor com formação em Ciências Humanas e experiência em pesquisas empíricas